

FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO

ESPORTE E LAZER DA CIDADE¹

¹ Publicado em: CASTELLANI FILHO, Lino (org.). GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS DE LAZER: a formação de agentes sociais. Campinas – SP: Autores Associados; São Paulo, 2077. (p. 01-15).

O PROJETO SOCIAL ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Da elaboração conceitual à sua implementação

Lino Castellani Filho²

... O Programa *Esporte e Lazer da Cidade* teve seu nascimento anunciado — para efeito de presença no Plano Plurianual 2004-2007 denominado *Brasil: um País de Todos* — no último minuto da data limite estabelecida pelo Ministério do Planejamento para o encaminhamento, por parte dos distintos ministérios, de seus programas orçamentários! Estávamos no final dos primeiros três meses de Governo e o Ministério do Esporte ainda não existia formalmente, tendo sido sua estruturação, inclusive, a motivadora do primeiro dos muitos embates travados internamente...

O esforço feito para nascer foi apenas uma pequena amostra daquele que precisou desenvolver para não sucumbir diante da *vontade* ministerial de dar vida a apenas um projeto social que viesse a demarcar, de forma inequívoca, a presença de uma determinada força política à frente do Ministério do Esporte que não aquela responsável pela sua elaboração e execução. Se não isso, como explicar que um Programa voltado exclusivamente para jovens no ambiente escolar³ ganhasse prioridade junto a um outro que abarcava todos os segmentos etários, envolvidos em ações intergeracionais, nos próprios lugares onde construíam suas vidas?

Ao longo dos últimos três anos sobreviveu às intempéries da quase total e absoluta ausência de recursos orçamentário-financeiros, vítima de uma brutal *asfixia* — face a um já minguado orçamento ministerial, também ele fortemente contingenciado. Só não foi *ferido de morte* por causa do sentido inovador de seu *desenho conceitual* inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos e na intensa interlocução estabelecida, ao longo de aproximadamente duas décadas, entre gestores, acadêmicos, movimentos sociais e instâncias partidárias. Tal sentido foi rapidamente detectado por gestores, movimentos sociais e outros setores políticos que mesmo diante da ausência do apelo orçamentário atinaram-se ao impacto da proposta de *política de lazer* nele contida, levando-a para seus municípios. Associa-se a isso a incansável capacidade de trabalho técnico-político demonstrada pelos quadros da *Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer*, SNDEL, responsável por ele⁴.

² Docente da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp; Coordenador do Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer – Diretório de Grupos – CNPq;

Ex-Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE (1999/01 – 2001/03);

Ex-Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – Ministério do Esporte (jan/2003-abr/06).

³ Refiro-me ao Programa *Segundo Tempo*.

⁴ Presto aqui minha sincera homenagem àqueles que, no âmbito daquela Secretaria, souberam colocar acima dos interesses particulares os da parcela da sociedade brasileira destituída de seu direito básico de acesso ao lazer. Estendo minha gratidão também àqueles que nas outras instâncias do Ministério do Esporte, colaboraram no fazer prevalecer o sentido republicano da ação de governo diante de outros menores.

Desenvolvimento era o conceito-chave contido no nome defendido para a Secretaria em questão. Com ele pretendíamos chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de esporte e de lazer a partir do entendimento de “*excelência*” para além daquele construído com base no parâmetro do *rendimento*, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira, desde a formatação do primeiro documento legal definidor de diretrizes e base do esporte nacional (Decreto-lei 3199/41) até a Lei 9615/98 (Lei Pelé), passando pela Lei 6.251/75 e pela Lei 8672/93 (Lei Zico)⁵.

Com efeito, a presença do Estado brasileiro nas questões do esporte é incontestável e pode ser constatada na própria história da organização social e política do país.

Essa presença pode ser demonstrada a partir de dois conjuntos de documentos legais, elucidativos da pretensão estatal de definir diretrizes e bases para o esporte nacional.

O primeiro deles é da década de 40 do século passado, quando, pela primeira vez, o governo brasileiro, impulsionado pela lógica do Estado Novo, buscou – em expressão presente na Exposição de Motivos do Decreto-lei 3.199/41 – *disciplinar* o esporte brasileiro.

Tal procedimento acabou detonando uma linha intervencionista de natureza conservadora, graças ao seu caráter tutelador. Aliado a isso, ainda havia interesses *economicistas* e *politicistas*, respectivamente associados ao intuito de aprimoramento da aptidão física da população, visando à capacitação física do trabalhador, como expressava a Constituição de 1937, e ao desenvolvimento do espírito cívico e patriótico de tom afinado com a posição brasileira frente à conjuntura internacional.

Essa intervenção sedimentou-se ao longo dos 34 anos em que tal Decreto-lei regeu a vida esportiva brasileira, vindo a consolidar-se em um outro momento de regime de exceção, através da Lei 6.251 de 1975, regulamentada, dois anos mais tarde, pelo Decreto 80.228. Ou seja, essa Lei trouxe alterações meramente adjetivas às normas esportivas, mantendo aquilo que substantivamente já se fazia em 1941.

Esse conjunto legal, reforçador da oligarquização da organização esportiva, foi substituído por um outro, formatado em plena vigência da concepção neoliberal de Estado em nosso meio. Constituído pela Lei Zico (Lei 8672/93 e Decreto 981/93) e pela Lei Pelé (Lei 9615/98 e Decreto 2574/98), ele deu margem — conforme descrito pela professora Meily Assbú Linhares — a um processo de mudança dirigido fundamentalmente pelo confronto entre os interesses *liberalizantes* — que buscavam autonomia de mercado para o esporte — e os *conservadores*, que entendiam essa liberalização como uma ameaça ao poder constituído oligarquicamente.

O embate entre liberalizantes e conservadores foi o responsável pelo surgimento da *autonomia* e da *pluralidade* como elementos de mudança. Contraditoriamente, mesclam-se aos traços deixados pela conservação de antigas práticas. Tal linha de reflexão — ainda de acordo com a professora Meily — nos conduz a um quadro onde, em nenhuma das duas direções, se consolidam alternativas que vissem o Esporte como uma necessidade e/ou direito social, tampouco o Estado como mediador e ponto de equilíbrio entre os interesses antagônicos existentes no setor esportivo.

⁵ O próprio projeto-de-lei indicativo do *Estatuto do Esporte* — cujo início de tramitação na Câmara Federal anterior ao primeiro mandato do Governo LULA se estendeu por todo ele pairando hoje, adormecido, naquela Casa, sem grandes possibilidades de chegar a termo — reproduz o paradigma presente nesses instrumentos legais.

Neste cenário, tornava-se inevitável a indicação de parâmetros para que a democratização do Esporte pudesse ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira. Era preciso, ainda, estabelecer as condições necessárias para que se construísse o espaço de vivência das práticas corporais e esportivas como local privilegiado de elevação do nível de seu entendimento, enriquecendo-as de valores que interagissem na construção de uma cidadania plena.

Pois foi assim que a reconceituação da idéia de *Desenvolvimento* do Esporte nos abriu a possibilidade de identificá-lo como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível – por direito – de ser por ela apreendido. Foi a partir desse entendimento que buscamos sustentar a premissa maior do princípio da *Inclusão*: Primeiramente a construção da percepção de ser dever do Estado garantir à sociedade – independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos – o *acesso* ao esporte e ao lazer; simultaneamente, nele identificando capacidade privilegiada de, ao lado de outras ações de governo, vir a contribuir nos esforços de *inclusão social* (daí derivando-se o jargão inclusão social *através* do esporte) de parcela significativa da população brasileira.

Com isso queríamos, por um lado, evidenciar nossa posição de não negarmos ou excluirmos de nosso horizonte a compreensão da capacidade mobilizadora do esporte e, por conta dela, a pertinência de vê-lo, vinculado a outras políticas sociais, contribuindo com o processo de minimização da exclusão e de ampliação da inclusão. Mas tê-lo como elemento por si só de inclusão seria participar da construção e difusão de uma falácia. Podemos ter um projeto social esportivo e de lazer que permita que todos os segmentos etários participem, mas nem por isso — se essa população não tiver acesso às respostas às suas outras tantas necessidades sociais — poderíamos estar afirmando que esses segmentos estariam incluídos na sociedade. Realçávamos com esse proceder nossa intenção de secundarizar o caráter instrumental do esporte a favor de seu reconhecimento como manifestação cultural.

Buscávamos sinalizar, dessa forma, para a nossa compreensão da lógica a ser obedecida para a presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela *estrutura piramidal*, por demais conhecido em nosso meio, que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte de massa e o escolar subordinados aos objetivos do *de cima*, mas sim o de implementador de um modelo exemplificado por *círculos autônomos e ao mesmo tempo interdependentes*, onde o esporte de lazer, o educacional e o de alto rendimento fossem respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, pudessem manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas.

Por sua vez, a identificação em seu título das expressões *Esporte* e *Lazer* buscava reforçar o nosso entendimento de que ambas constituíam-se em conceitos distintos mas de certa forma, confluentes, à medida que o primeiro, em sua dimensão *recreativa*, dissociada da busca do rendimento, encontrava no lazer a possibilidade concreta de expressão. É no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que a acessam, seja sob a forma de sua *prática*, seja na de *fruição do espetáculo*, seja naquela em que o *conhecimento* de seu significado e de seu lugar em nossa cultura, justifica o interesse pelo qual as pessoas buscam dela se apropriarem.

É em sua *dimensão recreativa*, portanto, que o Esporte explicita seu potencial sociabilizador, sua capacidade aglutinadora, oxigenando as vidas das pessoas com seu sentido lúdico, expressão de festa, de alegria, possibilitando a construção do entendimento do *como* e do *por que* ele se faz presente em praticamente todos os quadros culturais das sociedades modernas.

Mas ele não está sozinho no Lazer. Pelo contrário, compreendido como tempo e espaço de vivências lúdicas e de apropriação crítica da cultura, o Lazer — contraponto do Trabalho — não se limita a ter no Esporte, o único interesse sócio-cultural a ocupá-lo. Ao lado dele encontramos todos os outros interesses sócio-culturais que, de uma maneira ou de outra, refletem, cada um a seu modo, a forma como nós vivemos e produzimos a nossa vida.

O Programa *Esporte e Lazer da Cidade* buscou ser a síntese do entendimento acima. Organizado em 14 ações inter-relacionadas e agrupadas em dois conjuntos — *projeto social* e *desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer* — nasceu, portanto, com o objetivo de responder a questões amplamente detectadas no quadro social brasileiro, indicativas de que parcela significativa da população brasileira não tem acesso ao Lazer, na compreensão encetada.

Isso porque vem prevalecendo, de conformidade com a lógica da sociedade de consumo, o entendimento de *lazer* como tempo e espaço ocupados pela indústria do entretenimento, a qual forja relações de mercado entre consumidores e mercadorias a serem consumidas mediante contratos sociais de compra e venda, favorecendo os segmentos de maior poder aquisitivo em detrimento daqueles dele desprovidos. Vem a calhar, para ilustrar o raciocínio acima, uma rápida citação do conhecido livro de Aldous Huxley, ***Admirável Mundo Novo***:

“... *Vejam a estupidez que existe em permitir às pessoas a prática de complicados jogos que de nada servem para aumentar o consumo. É loucura. Atualmente, os administradores só dão a sua aprovação a um jogo quando possa ser demonstrado que ele exige pelo menos tantos acessórios como o mais complicado dos existentes...*”.

Ficava tranqüilo, assim, assimilarmos o conceito de *Lazer* que o traduz como sendo “... *Fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia*”, como nos assinala um estudioso do tema⁶. Também fica fácil ratificarmos o *caráter cultural* do Esporte, percebendo-o como parte *constitutiva da cultura de um povo*.

Pois foi com a consciente e explícita intenção de reverter a lógica encontrada que o *Esporte e Lazer da Cidade*, partindo do reconhecimento do *Lazer* como ***Direito Social*** — o que faz dele, questão de Estado —, buscou expressar a vontade política de dar à ação governamental o sentido e direção da materialização do direito social aludido, oferecendo respostas à necessidade social por *política de lazer* apoiada no projeto histórico de *emancipação humana*.

⁶ Trata-se de conceito construído por Fernando Mascarenhas e que permeia sua produção teórica, notadamente sua tese de doutorado *Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Unicamp, em 2005.

Sua pretensão era o de articular as ações nas esferas federal, estadual e municipal de governo com os setores organizados da comunidade local, tendo em vista a implementação de políticas sociais de esporte e de lazer que expressassem a condição da instância municipal de ente privilegiado da ação. Quando nos reportamos à instância municipal não estamos nos referindo especificamente ou exclusivamente ao governo, mas basicamente, à cidade, sua forma de organização, à forma como ela se estrutura e constrói sua maneira de ser, àqueles que nela vivem, a tudo o que nela acontece...

O lazer vai tomar conta da sua cidade... Sua cidade vai tomar conta do lazer! Com essa frase buscávamos dar a entender o que pretendíamos com o projeto social... Referenciando-nos no *Estatuto da Cidade*⁷ — instrumento legal estruturador das garantias para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade — focávamos seu modelo de administração no princípio de *gestão democrática*, embasadora dos mecanismos de *participação popular* e *controle social* no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações voltadas para o desenvolvimento da política de lazer do município.

Emblematicamente, com aquela frase queríamos sinalizar nossa localização no campo dos adeptos da *descentralização* das políticas públicas, tanto no concernente aos níveis governamentais — onde se concentra no nível maior toda ordem de tomada de decisão e de recursos financeiros, e se evidencia a ausência de parâmetros estabelecadores das competências e responsabilidades de cada um deles — quanto à relação dessas esferas governamentais com as não-governamentais, no mesmo diapasão de definição de competências e responsabilidades.

Não é nossa intenção fazermos proselitismo ao Esporte e Lazer da Cidade nem tampouco estabelecermos avaliação de mérito sobre sua presença no Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007. Pelo nosso papel de coordenador do processo de sua elaboração e execução, na condição de Secretário Nacional da SNDEL/ME — cargo que ocupamos de janeiro de 2003 a abril de 2006 —, parece óbvio não nos caber tal tarefa.

Avaliá-lo no universo das ações do Governo Federal como um todo e no horizonte do elaborado e executado pelo Ministério do Esporte em particular, tanto no que trouxe de inovação no arcabouço de seu *desenho conceitual*, quanto na forma que se revestiu na sua materialização e mesmo o que expressou de execução orçamentário-financeira, será motivo de estudos de muitos dos que se debruçam nas análises das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, setor em franco desenvolvimento no âmbito da área acadêmica *Educação Física*.

Em momento oportuno nos dispomos a tecer considerações sobre as especificidades da experiência que pudemos viver no período que passamos à frente daquela Secretaria Nacional.

Queremos sim nos fixar em uma das ações a nosso ver central para que o modelo conceitual do projeto social em questão pudesse de fato se materializar nos lugares por ele alcançados. Trata-se da *formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer*, tema gerador do presente livro.

Figura fundamental na implementação do projeto social, investido do sentido da militância cultural necessária à mobilização da comunidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência e de necessidades especiais de todos

⁷ Trata-se da Lei nº 10257/01, que regulamenta os preceitos contidos na Carta magna brasileira acerca do planejamento urbano, originários do *Movimento pela Reforma Urbana* desencadeado entre nós a partir dos anos 60 do século passado.

esses segmentos etários entorno das questões relativas à organização dos seus tempos livres, o *agente social de esporte e lazer* precisava aliar à legitimidade alcançada perante a comunidade que aglutinava, a capacidade técnica-política para dar tratamento às especificidades dos *Núcleos de esporte e lazer*, espaços de convivência dos munícipes ao redor dos quais a objetivação da política de lazer se dava⁸.

Não havia dúvidas de que se não houvesse um trabalho de *formação continuada em serviço*, sua execução — por melhor que fosse a intenção inerente ao modelo conceitual do projeto — tenderia a se dar de forma desqualificada e os resultados buscados dificilmente seriam alcançados. Há aqui presente nesta constatação toda uma preocupação com um processo de formação continuada que identificasse, acima de tudo, a existência de um *conhecimento esportivo* que não se limitasse ao *saber fazer* e, mais do que isso, não se restringisse a um *saber fazer* voltado para a busca da performance esportiva.

Ele deveria voltar-se, isso sim, para um processo de conhecimento que refletisse o *sentido e significado* desse *fazer esportivo*, de sua importância no universo da cultura do brasileiro e da brasileira, da perspectiva de como se faz presente no cotidiano da cidade, no cotidiano desse cidadão, no sentido de redimensionar a relação que essa pessoa desenvolve com essa prática social⁹ e da forma que poderá usufruí-la no seu tempo de lazer, considerando para tanto a apreensão histórica da instituição lazer permissionária de sua assunção como um tempo-espço de emancipação humana, dando margem à configuração de políticas que venham a permitir que essa perspectiva se faça presente nesse tempo livre de trabalho, utilizando-o para o acesso a interesses socioculturais das mais distintas espécies, dentre elas o esporte.

A imperiosidade da ação de *formação continuada em serviço*, se já não bastasse os elementos acima mencionados, estava ainda demarcada por duas outras questões. A primeira delas vinculava-se a uma daquelas mentiras que de tanto repetida ganham ares de verdade... Não foram uma nem duas as vezes que ouvimos afirmações referentes à desqualificação profissional das pessoas que, seja na qualidade de gestores ou de agentes sociais, envolviam-se na área do trabalho esportivo e de lazer. Falsa verdade essa! Se considerarmos que o paradigma do alto rendimento prevaleceu enraizado, ao longo de todo o Século XX, na história da política esportiva brasileira, em consonância com uma percepção de lazer tido como tempo e espaço de controle social, dentro da mais fiel tradição funcionalista, mais correto seria afirmar que a competência necessária — e relativamente auferida — para o trabalho, era de ordem e natureza distintas daquelas defendidas pelo *Esporte e Lazer da Cidade*.

Mais do que qualificá-los, portanto, tratava-se de redimensionar seus conhecimentos no sentido de colocá-los em sintonia com uma perspectiva teleológica de política pública de esporte e lazer afinada com um projeto histórico de sociedade que, no mínimo, expressava desacordo com aquele sedimentado nos padrões sob os quais estrutura-se nossa sociedade.

⁸ O detalhamento do Programa *Esporte e Lazer da Cidade* está contido no seu *Manual de Orientação*, elaborado pela SNDEL e disponível na página virtual do Ministério do Esporte.

⁹ Quando dizemos que o esporte e o lazer são entendidos como práticas sociais, queremos dizer que eles se traduzem como atividades humanas construídas historicamente com a intenção de dar respostas às necessidades sociais, identificadas pelos que fazem a história do seu tempo a partir das múltiplas determinações das condições objetivas nele presente.

Grande desafio esse! Sabemos que a grande parte de nossos gestores e dos profissionais que implementam esses projetos possui formação oriunda dos cursos superiores de educação física, os quais hoje se situam na casa de quatro centenas, sendo que aproximadamente 80% deles são de natureza privada. Sem incorrerem no maniqueísmo da leitura que identifica na origem pública da instituição sinônimo automático de qualidade, e na originária da iniciativa privada expressão inequívoca de má qualidade, temos sim que reconhecer que a grande maioria desses cursos particulares continua formando profissionais a partir dos referenciais teórico-epistemológicos presentes nas décadas de 40 e 50 do século passado, quando então a Educação Física via-se hegemonicamente vinculada ao eixo paradigmático da aptidão física, do qual foi construir alternativas de superação a partir da década de 1980. É evidente o anacronismo de tal processo formativo com vistas aos propósitos enunciados no *Esporte e Lazer da Cidade*.

A outra questão demarcatória da importância da *formação continuada em serviço* dizia respeito a cada vez mais sentida incapacidade do poder público vir a atender as necessidades da população a ser servida, à medida que nos deparamos com uma desproporcionalidade exacerbada entre a demanda por serviços públicos de lazer e a capacidade de seu atendimento por parte do poder público.

A identificação desse dado da realidade nos levou a pensar a possibilidade de um projeto que trabalhasse na busca da autonomia esportiva e de lazer do cidadão e da cidadã. Mas... O que estaríamos chamando de *autonomia esportiva e de lazer*? O que é ser autônomo esportivamente? Qual é o conhecimento que precisaríamos ter para poder nos considerarmos autônomos esportivamente?

Sabemos qual é o conhecimento que precisamos para trocar uma lâmpada em casa ou a resistência do chuveiro, sem precisar chamar o eletricitista. Sabemos preparar um bom prato tanto para saciar nossa fome como para construir um clima romântico para uma situação especial sem necessariamente termos que recorrer a um *chef*... Temos uma autonomia que nos permite dar conta de boa parte das tarefas que no cotidiano se faz presente em nossas vidas. Mas como traduzir isso para o campo do saber esportivo? Qual seria o *conhecimento* (esportivo) *básico* que precisaríamos possuir para não precisarmos do *técnico* ao nosso lado?

Sabíamos que a construção da autonomia no campo do esporte e do lazer passava pela busca da resposta sobre o que se traduziria em conhecimento básico para tal fim... O que seria construir conhecimento básico no campo do esporte, voltado para a configuração da autonomia esportiva? Existiria tão somente um conhecimento básico ou o que se configuraria como *básico* estaria diretamente relacionado à realidade concreta daqueles que dele iriam se valer? Convencionando-se aquilo que comporia um determinado conhecimento básico, seria possível dispô-lo, para efeito de processo formativo, em módulos? Quem participaria desse processo de construção do conhecimento básico, só os especialistas ou também a população em busca da sua autonomia? Como se constituiria um módulo introdutório ao conhecimento esportivo básico? E o de ampliação desse mesmo conhecimento básico? Como desenvolver o processo de aprofundamento do conhecimento desse básico na busca da propalada autonomia esportiva?

É óbvio que não tínhamos todas as respostas a essas e outras tantas perguntas formuladas, mas estávamos convictos de que estávamos formulando perguntas coerentes com os princípios e diretrizes do *Esporte e Lazer da Cidade*.

Mais do que ninguém sabíamos onde arregimentar pessoas qualificadas para assumir conosco a empreitada que se avistava à nossa frente. Afinal de contas o que nos identificava era muito mais nossa capacidade de interlocução com o meio universitário do que propriamente o nosso *trânsito* entre os profissionais da política!

Pois foi o que fizemos. Ari Lazzarotti Filho, Fernando Mascarenhas, Juarez Oliveira Sampaio, Luciana Marcassa, Wilson Luiz Lino de Sousa foram *convocados* em suas universidades. Roberto Lião Júnior nos assessorava na SNDEL. Nada de aleatório no convite formulado a eles. Todos nós compartilhávamos uma compreensão, se não igual ao menos semelhante, do que teríamos que fazer. Ari — *Guego* desde o movimento estudantil — deslocou-se para o *nortão* do Mato Grosso; Luciana e Wilson Lino para a cidade mineira de Ipatinga; Juarez e Roberto envolveram-se com a experiência do Distrito Federal; Fernando interveio diretamente em alguns dos municípios dos 15 Estados brasileiros alcançados pelo *Esporte e Lazer da Cidade* o mesmo se dando comigo em uma escala maior.

A idéia de reunir essas experiências em livro tem o intuito tanto de contribuir com os esforços de gestão das instâncias governamentais em uma de suas facetas, qual seja, a de qualificação de seus quadros, quanto de fornecer subsídios para os formuladores e estudiosos de políticas de esporte e lazer no Brasil.

O livro está organizado em 5 capítulos, o primeiro deles, o que ora concluímos, intitulado *O Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade: Da elaboração conceitual à sua implementação*. O Segundo (*Outro Lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da Cidade*), sob a responsabilidade de Fernando Mascarenhas, trás uma reflexão de fundo sobre o debate acerca da institucionalização do lazer, explicitando a perspectiva conceitual de lazer incorporada pelo projeto social e por ele disseminada. Os três seguintes narram — sem abrir mão do contraditório — as experiências vivenciadas, respectivamente, no processo de formação continuada do Consórcio de Brasília (*Formação de agentes sociais do Esporte e Lazer da Cidade: Uma experiência do Distrito Federal e Entorno*), da cidade de Ipatinga (*Da experiência lúdica à Formação do cidadão: Pressupostos políticos e pedagógicos do Esporte e Lazer da cidade de Ipatinga*) e do “nortão” do Mato Grosso (*Formação para a ação: A experiência do Esporte e Lazer da Cidade no “nortão” do Mato Grosso*).

Ao concluirmos este capítulo, com ar de introdutório, pedimos licença a Guimarães Rosa para nos valermos de algumas citações de personagens de seu *Grande Sertão Veredas*, que muito dizem do que sentimos ao vivermos o processo do *Esporte e Lazer da Cidade*:

“... Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?...”

“... Desespero quieto às vezes é o melhor remédio que há. Que alarga o mundo e põe a cintura solta. Medo agarra a gente é pelo enraizado...”

“... No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso...”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. *Programa Esporte e Lazer Da Cidade – Manual de Orientação*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

BRASIL. *Suplemento de Esporte e Lazer - Pesquisa Perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Governo Federal, IBGE, 2006.

BRASIL. *I Conferência Nacional de Esporte – Documento Final*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. *II Conferência Nacional de Esporte*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006.

BRASIL. *Política Nacional do Esporte*. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

CASTELLANI FILHO, Lino. CARVALHO, Yara M.: “Ressignificando o Esporte e o Lazer nas relações com a Saúde”. In Castro, Adriana; e Malo, Miguel (orgs.). *SUS: Ressignificando a Promoção da Saúde*. São Paulo: Hucitec: Opas, 2006, pp. 208-222.

_____. “Gestão Municipal e Política de Lazer”. In Linhares, Meily Assbú; e Isayama, Helder (orgs.). *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. “As práticas corporais e seu processo de resignificação”. In Damiani, Iara Regina; e Silva, Ana Márcia (orgs.). *Práticas Corporais: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física*. Florianópolis: Nauembla Ciência e Arte, 2005, pp. 11-15.

_____. “Esporte e Lazer da Cidade”. In Turino, Célio. *Recreio nas Férias: Uma experiência de Política Pública de Lazer e Educação*. São Paulo: IMK Relações Públicas, 2004, pp. 69-80.

_____. “Notas para uma agenda do esporte brasileiro”. In *Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Desafios para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. Série Ação Parlamentar nº 146, 2001, pp. 577-589.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. 12ª Edição: São Paulo: Editora Cortez, 2005.

HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. 2ª Edição. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 1946.

LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do Lazer: Educação, Cultura e Tempo Livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do Lazer*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação Física, 2005.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. (BAVARESCO, Agemir; FERRARO, Alceu [tradutores]). *Análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2002.

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. *A reinvenção do esporte: possibilidades da prática pedagógica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

PADILHA, Valquíria. *Shopping Center: A catedral das mercadorias e do lazer reificado*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

POCHMANN, Marcio; e AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.